

Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

Parlamentarismo Já!

Marcelo R. Saboia¹

Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
Direito Constitucional, Eleitoral, Municipal,
Direito Administrativo,
Processo Legislativo e Poder Judiciário

A PEC nº. 95/03 desestimula a carreira legislativa², a carreira diplomática e representa um inadmissível avanço do poder do Congresso Nacional na condução da política externa num regime presidencial, embora represente inegável avanço na implantação de um parlamentarismo de fato - é isto: corrompe o presidencialismo e praticamente adota o parlamentarismo.

¹ Pós-graduado em Direito pelo UERJ; Colaborador de ALCOFORADO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

Tramita na Câmara dos Deputados a proposta de emenda à Constituição nº. 95/03, de autoria do Deputado **MARCELO ORTIZ**, que, para o que aqui nos interessa mais especificamente, visa permitir a Deputados e Senadores a assunção de missões diplomáticas (permanentes), até o número de cinco por Legislatura, sem a perda do mandato parlamentar.

Em outras palavras, a PEC citada amplia a exceção constante no inciso I do art. 56 da CF, abrindo novas possibilidades de poder político a Deputados e Senadores, e aumentando o poder de barganha, por assim dizer, do Presidente da República.

Como se sabe, a regra geral é que os Parlamentares perdem o mandato ao assumirem (ou se manterem em) cargos e funções públicas (CF: 54, I e II, alíneas “b” c/c 55, I). Não se pode entender de outra forma. Primeiro a Lei maior enumera os casos de perda do mandato, para em seguida excepcionar no art. 56, I e II. Pode-se licitamente entender que o legislador quis fixar que: “entretanto, os parlamentares poderão manter seus mandatos nas seguinte hipóteses excepcionais:...”

Esta é a Única interpretação possível - e bem intencionada!, dos arts. 55 e 56 da CF.

E nem poderia ser de outra forma, pois não se deve esquecer que a separação dos poderes é princípio basilar do nosso sistema constitucional, que também adotou, o que aqui é relevantíssimo, o presidencialismo como regime de governo. Os leitores hão de concordar em que não precisamos citar artigos.

Mas, então, que liame existiria entre a PEC ora comentada e tais princípios do sistema constitucional, e que comprometem a tramitação de tal proposição legislativa? Ocorre que, num regime presidencialista, os poderes executivo e legislativo são independentes, e a atividade diplomática é executiva por excelência – todos já devem ter ouvido falar no nosso Itamaraty (...).

Então, se parlamentares passarem a ocupar postos permanentes da diplomacia, mantendo seus mandatos no Congresso, ter-se-á um formidável avanço do poder do Congresso na condução da política externa, o que seria louvável se não representasse uma inadmissível invasão das atividades típicas do poder executivo num regime presidencial.

Mas alguém dirá: Mas a função de embaixador é política! Sim, mas não deixa de ser executiva, razão pela qual na sistemática atual os parlamentares só não perdem o mandato ao assumirem missões

diplomáticas de caráter temporário. Como se sabe, não há palavras inúteis na lei. Evidentemente o legislador considerou as missões diplomáticas de caráter permanente, de importância decisiva para o país, mais adequadas para os diplomatas de carreira, e até figuras públicas de relevo na vida nacional, o que é razoável até certo ponto, mas não para os parlamentares, eleitos que foram para desempenhar função legislativa, daí decorrendo a perda do mandato parlamentar quando da assunção (ou manutenção em) de funções públicas executivas.

A PEC nº. 95/03 desestimula a carreira legislativa², a carreira diplomática e representa um inadmissível avanço do poder do Congresso Nacional na condução da política externa num regime presidencial, embora represente inegável avanço na implantação de um parlamentarismo de fato - é isto: corrompe o presidencialismo e praticamente adota o parlamentarismo. Parlamentarismo já!

² Ver o recente artigo de FABIANO SANTOS, "A reforma do Poder Legislativo no Brasil", in "Plenarium", Brasília, Câmara dos Deputados, nº 1, nov. 2004.

A Internet como um serviço público municipal

Vilson Vedana

Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
Área de Comunicação Social, Informática, Telecomunicações,
Sistema Postal, Ciência e Tecnologia

Falar da importância da internet na vida das pessoas e mesmo no desenvolvimento de um país é algo dispensável. A internet é daquelas ferramentas que só é opcional para quem não a utiliza. Pela sua importância em face daquilo que ela pode proporcionar, o acesso à internet deveria ser considerado um direito básico do cidadão.